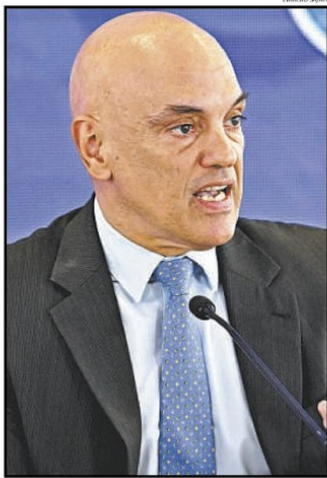


Presidente do TSE vê "litigância de má-fé" de PL, PP e Republicanos, por não apresentarem provas de fraude em urnas e "incentivarem movimentos criminosos e antidemocráticos"

Moraes rejeita ação e multa coligação em R\$ 22,9 milhões

"A TOTAL MÁ-FÉ DA REQUERENTE EM SEU ESDRÚXULO E ILÍCITO PEDIDO, OSTENSIVAMENTE ATENTATÓRIO AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E REALIZADO DE MANEIRA INCONSEQUENTE COM A FINALIDADE DE INCENTIVAR MOVIMENTOS CRIMINOSOS E ANTIDEMOCRÁTICOS QUE, INCLUSIVE, COM GRAVES AMEAÇAS E VIOLÊNCIA VEM OBSTRUINDO DIVERSAS RODOVIAS E VIAS PÚBLICAS EM TODO O BRASIL, FICOU COMPROVADA, TANTO PELA NEGATIVA EM ADITAR-SE A PETIÇÃO INICIAL, QUANTO PELA TOTAL AUSÊNCIA DE QUAISQUER INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES E A EXISTÊNCIA DE UMA NARRATIVA TOTALMENTE FRAUDULENTE DOS FATOS"

■ Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)



Brasília - O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, rejeitou, ontem, o pedido de verificação extraordinária do resultado das eleições feito pelo Partido Liberal e multou as legendas da coligação da campanha do presidente Jair Bolsonaro em R\$ 22.991.544,60. Isso porque o relatório de auditoria entregue pelo PL pedindo anulação dos votos de 280 mil urnas eletrônicas não apresenta provas de fraude. Moraes aplicou a multa por identificar, na conduta dos partidos, "litigância de má-fé" (quando alguém aciona a Justiça com má intenção ou deslealdade, para causar tumulto).

Além do PL de Bolsonaro, a decisão atinge o Partido Progressista (PP) e o Republicanos, que também integraram a coligação derrotada em segundo turno. O documento cita nominalmente, entretanto, apenas o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o presidente do Instituto Voto Legal (IVL), Carlos César Rocha, contratado pela legenda para fazer a auditoria. Em sua decisão, o magistrado determina também bloqueio e suspensão dos repasses do Fundo Partidário às três legendas até que a multa seja quitada; abertura de processo administrativo pela Corregedoria-Geral Eleitoral para apurar "eventual desvio de finalidade na utilização da estrutura partidária, inclusive de Fundo Partidário"; envio de cópias do inquérito ao Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da investigação sobre atuação de suposta

milícia digital para atacar a democracia e as instituições.

No despacho, o presidente do TSE cita "possível cometimento de crimes comuns e eleitorais com a finalidade de tumultuar o próprio regime democrático brasileiro. Diz considerar que a ação do PL não apresenta indício ou circunstância que justifique reavaliação das urnas. A total má-fé da requerente em seu esdrúxulo e ilícito pedido, ostensivamente atentatório ao Estado democrático de direito e realizado de maneira inconsequente com a finalidade de incentivar movimentos criminosos e antidemocráticos que, inclusive, com graves ameaças e violência vem obstruindo diversas rodovias e vias públicas em todo o Brasil, ficou comprovada, tanto pela negativa em aditar-se a petição inicial, quanto pela total ausência de quaisquer indícios de irregularidades e a existência de uma narrativa totalmente fraudulenta dos fatos", ressaltou Moraes.

NOTA Em nota, o PL afirmou que acionou sua assessoria jurídica e que "apenas seguiu o que prevê o artigo 51 da Lei Eleitoral, que obriga as legendas a realizar fiscalização do processo eleitoral". O relatório da auditoria foi divulgado pelo PL e pelo Instituto Voto Legal na terça-feira, dia em que foi protocolado no TSE. Horas depois, Alexandre de Moraes decidiu no processo ordenando que a legenda se manifestasse também sobre os votos do primeiro turno, já que a auditoria citava apenas a

votação em segundo turno, e apenas os votos para presidente.

Ontem, o partido alegou que a auditoria não abrangia o primeiro turno, mas sugeriu que o TSE adote, "de forma consequencial", os efeitos práticos e jurídicos do relatório para os dois turnos de votação. O partido entregou ao tribunal um relatório elaborado por consultoria privada, que sustenta que as urnas anteriores ao modelo 2020, cerca de 60% das usadas nas eleições, têm número de série único, quando deveriam apresentar número individualizado, porque somente assim, diz o relatório, seria possível fazer auditoragem.

O corpo técnico do TSE, entretanto, explicou que o número apontado pela auditoria não é o único nem o melhor código usado para identificar cada urna eletrônica, isto é, uma eventual falha nessa numeração não seria suficiente para atrapalhar a diferenciação entre as urnas. "As urnas eletrônicas possuem variados mecanismos físicos e eletrônicos de identificação. Esses mecanismos são coexistentes, ou seja, são múltiplos e redundantes para garantir e resguardar a identificação individual das urnas. Aliás, também é assim para proteger e resguardar os próprios votos sigilosos depositados nas urnas eletrônicas", afirmou Alexandre de Moraes na decisão. "Os argumentos, portanto, são absolutamente falsos, pois é totalmente possível a rastreabilidade das urnas eletrônicas de modelos antigos", completou.

Costa Neto diz que não quer outra eleição

Brasília - O presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, voltou a falar à imprensa ontem, um dia após apresentar relatório com pedido de verificação de quase 280 mil urnas no segundo turno das eleições deste ano. O ex-deputado federal reiterou o pedido para que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) analisasse apenas o resultado da segunda votação, e não do primeiro. No início da noite, entretanto, o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, rejeitou o pedido e multou o PL, o PP e o Republicanos, partidos da coligação de Jair Bolsonaro em R\$ 22 milhões. Depois da decisão do magistrado, Costa Neto não se manifestou publicamente.

"Não se trata de pedir outra eleição, não tem sentido. É um negócio que envolve milhões de pessoas. Porque um cidadão que teve 200 votos, ele tem que participar do processo. Então é uma loucura, só o PL tinha 2 mil candidatos. Imagino que os outros partidos também. E além de atingir governadores, senadores. Não era essa nossa intenção. Nossa intenção é discutir a história do Brasil. O TSE está aí para isso", acrescentou.

Mas afirmou também: "Como o país vai viver com o fantasma da eleição de 2022? Numa democracia temos os poderes. Temos que viver bem e ter uma relação próxima entre si. O que não podemos ter é um fantasma. Como um fantasma da eleição de 2022", afirmou.

Questionado sobre as manifestações bolsonaristas que ocupam quarteis e rodovias em todo o Brasil, Costa Neto disse que "ninguém pode impedir o direito de ir e vir". Sobre os que protestam em frente a quartéis contra o resultado do pleito, ele disse que, "desde que não criem problemas de trânsito, saída e entrada das unidades", têm todo o direito de se manifestar.

LEWANDOWSKI Ainda antes da decisão do TSE, o vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, comentou o



"COMO O PAÍS VAI VIVER COM O FANTASMA DAS ELEIÇÕES DE 2022? TEMOS QUE VIVER BEM E TER UMA RELAÇÃO PRÓXIMA ENTRE SI. O QUE NÃO PODEMOS TER É UM FANTASMA. COMO UM FANTASMA DA ELEIÇÃO DE 2022"

■ Valdemar de Costa Neto, presidente do PL, em entrevista antes da decisão do TSE que rejeitou o pedido do partido

relatório do Partido Liberal. Ele afirmou que "se confirmada a tese do PL, teria que anular toda a eleição" o que impactaria, por exemplo, na vitória de governadores, senadores e deputados da sigla. Políticos também comentaram o relatório do PL. O Pso chamou a atitude de "golpista" e pediu que o resultado das urnas seja respeitado. "A manobra da vez dos golpistas é pedir a anulação de votos em urnas antigas. Outro pretexto para não respeitar o voto popular. Arissem o PL, partido de Bolsonaro e Valdemar da Costa Neto, que não adianta espemear: Lula vai tomar posse em 1º de janeiro", afirmou a agréguação.

O deputado federal eleito

pelo Pso Guilherme Boulos relembrou o fato de que o presidente Jair Bolsonaro (PL) se distanciou dos holofotes após perder no segundo turno. "Reaparece agora para respaldar a tentativa ridícula de golpe do PL. Vagabundos e golpistas!", escreveu em rede social. O deputado federal André Janones (Avante-MG) descreveu a representação como "vexatória" e afirmou que Bolsonaro faz "birra" para deixar a cadeira de presidente. "Não satisfeito em fazer um mandato mediocre, a saída agora é ainda mais vexatória. Bolsonaro nunca teve tamanho pra sentar na cadeira de presidente e agora faz birra para deixá-la."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 4